D.O.M.

Estado do Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2023. Secretaria de Comunicação

Diário Oficial do Município de Mangaratiba

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 • Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

PREFEITURA
MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Ano XIX Edição Nº
1936

UFRRJ e Prefeitura de Mangaratiba vão oferecer novo curso de capacitação para agricultores



As inscrições para a capacitação, gratuita e direcionada para agricultores, começam hoje e vão até 24/11

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por meio da FAPUR, e a Prefeitura de Mangaratiba, através da Secretaria de Agricultura e Pesca, vão oferecer o novo módulo do curso 'Ações de agroindustrialização e capacitação em processamento de frutas e hortaliças'. As inscrições para a capacitação, gratuita e direcionada para agricultores, começam hoje e vão até 24/11.

O curso faz parte do Projeto' Capacitar para Gerar' e visa o fortalecimento e o desenvolvimento regional da agricultura familiar em Mangaratiba. A iniciativa é financiada pela VALE.

As aulas do curso acontecem quinzenalmente de 29/11/23 a 01/02/24, no Horto Municipal de Mangaratiba, e serão ministradas por especialistas da UFRRJ. Pós-colheita, comercialização e manejo orgânico serão alguns dos temas abordados.

Podem participar agricultores com 18 anos ou mais (que tenham CAF ou Declaração da EMATER) e técnicos da área que residam em Mangaratiba ou Itaguaí.

As inscrições podem ser feitas presencialmente em três endereços:

- Sede da Secretaria de Agricultura e Pesca de Mangaratiba: Rua Domingos Jannuzzi, 60 - Centro
- Horto Municipal de Mangaratiba: Estrada São João Marcos, s/n° - Nova Mangaratiba
- Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (SMAP) de Itaguaí: Rua Estrada do Trapiche, S/N - Área da Expo - Centro

A divulgação dos aprovados será feita dia 27/11.

EXTRATO DO CONTRATO N° 12/2023 (Fundação Mario Peixoto) – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9112/2023 – ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Contratante: FUNDAÇÃO MARIO PEIXOTO
Contratada: ENGEMOL SERVIÇOS LTDA
Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.
Objeto: O objeto do presente contrato consiste adesão de ATA de registro de preço n° 012/2023 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, nos termos definidos pelo inciso III do art. 6° da Lei n° 8.666/93 e indicado no projeto básico, anexo a este instrumento.
Prazo: A adesão terá a vigência do contrato será de 12 (doze) meses.
Valor: R$ 90.000,00 (Noventa mil reais).
Dotação Orçamentária: 05.01.02.13.391.0014.2075.4.4.90.51.00
Data da Assinatura: Mangaratiba, 16 de novembro de 2023.

PORTARIA N.º 1333 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) SILAS DA SILVA GUIMARAES, para exercer o Cargo de DIRETOR DE GESTAO DE PESSOAS, Símbolo DRT, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 14 de novembro de 2023.

PORTARIA N.º 1334 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) VANESSA DE ALMEIDA, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 10 de novembro de 2023.

PORTARIA N.º 1335 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ALESSANDRE DE SOUZA LOPES, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 06 de novembro de 2023.

PORTARIA N.º 1336 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) LUCAS ANDREWS ROSARIO DE MIRANDA, para exercer o Cargo de SUPERINTENDENTE DE GOVERNO, Símbolo ST, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RELAÇOES INSTITUCIONAIS, com efeito retroativo a partir de 02 de novembro de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 17 de novembro de 2023.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 1337 DE 21 DE NOVEMBRI DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) SHIRLEI TERESINHA DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE INSPEÇAO DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2023.

PORTARIA N.º 1338 DE 21 DE NOVEMBRI DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) CATIA ISABEL DA SILVA PEREIRA, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 15 de novembro de 2023.

PORTARIA N.º 1339 DE 21 DE NOVEMBRI DE 2023.

Prefeito
Alan Campos da Costa

Vice-Prefeito
Alcimar Moreira Carvalho

Chefe Geral de Gabinete
Jonathan Marins Aguiar

Secretário Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico e Relações Institucionais
Michel Eliziario Santos

Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia
Antônio Carlos Aniceto

Procurador Geral do Município
Ademilson Costa

Secretário Municipal de Administração
Braz Marcos da Silva Marques

Secretário Municipal de Compras e Suprimentos
Marcio Sarguis Telhado

Controlador Geral do Município
Jacques Barbosa Pereira (cumulativamente)

Secretário Municipal de Obras e Urbanismo
Marcio Souza Gomes

Secretário Municipal de Habitação
Antonio Marcos Rodrigues Zichtl

Secretário Municipal de Serviços Públicos
Ailton Soares Junior

Secretário Municipal de Transportes
Eduardo Estrela dos Santos

Secretário Municipal de Fazenda
Marcio Ferreira

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento
Marcos Antonio Sousa de Oliveira

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Eduardo Ferreira Jordão

Secretário Municipal de Meio Ambiente
Claudio Vinicius Monsorres Passos Maia

Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Alex Brzeski Barbosa

Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Fernando Luis Mattos da Matta

Secretário Municipal de Eventos
Roberto Carlos de Assis Monsores

Secretário Municipal de Trânsito
Bruno Soares da Silva (cumulativamente)

Secretário Municipal de Segurança
Bruno Soares da Silva

Secretário Municipal de Ordem Pública
Bruno Soares da Silva (cumulativamente)

Secretário Municipal de Saúde
Mair Araujo Bichara

Secretário Municipal de Defesa Civil
Paulo Rogério Gonçalves Escarani

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Brena da Costa Maia

Secretário Municipal de Comunicação
Waldemar da Silva Ramos

Presidente do Instituto José Miguel
Ana Paula Soares Barcelos

Presidente da Fundação Mário Peixoto
Cecilia Ribeiro Cabral

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Mangaratiba
Anderson da Silva Moreira

Presidente da Empresa Pública de Transportes de Mangaratiba
Rafaela Ferreira da Rocha

Presidente
Renato José Pereira

Vice Presidente
Nilton Santiago

1° Secretário
Josué dos Santos

2° Secretário
Doriedson Thimoteo da Costa

Vereadores:

Alessandro Portugal
Davi dos Santos Farias
Doriedson Thimoteo da Costa
Romulo dos Santos Nogueira
Hugo Dourado Graçano
João Fellippe de Souza Oliveira
Josué dos Santos
Emilson dos Santos Coelho
Rodrigo Santos Bondim
Nilton Santiago
Renato José Pereira
Wladimir da Conceição Pereira

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ALBERICO OLIVEIRA SOUSA, para exercer o Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO DE OBRAS E URBANISMO, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2023.

PORTARIA N.º 1340 DE 21 DE NOVEMBRI DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MARIA LAUDICEIA DE MOURA LIMA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE MANUTENÇAO, CONSERVAÇAO E LIMPEZA DOS SERVIÇOS PUBLICOS, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PUBLICOS, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2023.

PORTARIA N.º 1341 DE 21 DE NOVEMBRI DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) STAYNNER AMARAL BARBOZA, para exercer o Cargo de DIRETOR DE FISCALIZAÇAO E CONTROLE, Símbolo DRT, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2023.

PORTARIA N.º 1342 DE 21 DE NOVEMBRI DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) NAYARA LUIZA DOS SANTOS RODRIGUES, para exercer o Cargo de SUPERINTENDENTE DE MEIO AMBIENTE, Símbolo ST, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2023.

PORTARIA N.º 1343 DE 21 DE NOVEMBRI DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) IGOR AMAURI BORGES PEREIRA, para exercer o Cargo de SUPERINTENDENTE DE MEIO AMBIENTE, Símbolo ST, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, com efeito retroativo a partir de 10 de novembro de 2023.

PORTARIA N.º 1344 DE 21 DE NOVEMBRI DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) RAMYSSA EUVERT CORREA, para exercer o Cargo de DIRETOR DE EDUCAÇAO AMBIENTAL, Símbolo DRT, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2023.

PORTARIA N.º 1345 DE 21 DE NOVEMBRI DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ALAN ALVES AZEVEDO, para exercer o Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSI, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, com efeito retroativo a partir de 09 de novembro de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 21 de novembro de 2023.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA ADM. N.º 3330 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 0958/2023,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) ANA LUIZA MARTINS MEDEIROS DA SILVA, do Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, símbolo ASSII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 10 de novembro de 2023.

PORTARIA ADM. N.º 3331 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 1293/2023,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) DOUGLAS SOARES DA SILVA GOMES, do Cargo de DIRETOR DA DIVISAO DE ENFERMAGEM DO HMVSB, símbolo DRT, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 13 de novembro de 2023.

PORTARIA ADM. N.º 3332 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 1409/2021,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) JOAO LUCAS LAUREANO DE SOUSA, do Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, símbolo ASSII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 06 de novembro de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 16 de novembro de 2023.
Braz Marcos da Silva Marques
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 0751/2023

PORTARIA ADM. N.º 3333 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 1383/2022,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) MONIQUE CRISTINA DE CARVALHO GARCEZ,

do Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, símbolo ASSII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 05 de novembro de 2023.

PORTARIA ADM. N.º 3334 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 0609/2023,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) LUCAS ANDREWS ROSARIO DE MIRANDA, do Cargo de ASSESSOR GOVERNAMENTAL, símbolo ASSIII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RELAÇOES INSTITUICIONAIS, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 17 de novembro de 2023.
Braz Marcos da Silva Marques
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 0751/2023

PORTARIA ADM. N.º 3337 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e conforme o Decreto de n°. 4595 de 12 de novembro de 2021 e tendo em vista a Portaria Adm. 3115/23,
RESOLVE:
Art.1º Designar JESSICA TAVARES MAIA GOMES, COORDENADOR DE RECURSOS HÍDRICOS, Cód. 77.917, CPF: 05938891779, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, referente ao convênio que entre si celebram o Município de Mangaratiba e a cooperativa de trabalho e produção de catadores de materiais recicláveis de Mangaratiba – Ltda. COOPMANGARTIBA – CNPJ/ME: 31.307.582/0001-87, oriundo do processo administrativo n°. 7711/2023, conforme procedimento licitatório: Termo de Convênio nº 001/2023 (Secretaria Municipal de Meio Ambiente).
Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor, a partir da presente data.

PORTARIA ADM. N.º 3339 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 0948/2023,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) DAIANE CRISTINA DE SOUZA VIEIRA, do Cargo de ASSESSOR DE INSPEÇAO DAS UNIDADES ESCOLARES, símbolo ASSIII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2023.

PORTARIA ADM. N.º 3340 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 1119/2023,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) ARTUR BRUNO DOS SANTOS PORTO, do Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, símbolo ASSII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 15 de novembro de 2023.

PORTARIA ADM. N.º 3341 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 0621/2023,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) DIEGO DA SILVA RICARDO GOMES, do Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO DE OBRAS E URBANISMO, símbolo ASSIII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2023.

PORTARIA ADM. N.º 3342 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 0777/2023,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) LUAN FERREIRA DO CARMO, do Cargo de ASSESSOR DE MANUTENÇAO, CONSERVAÇAO E LIMPEZA DOS SERVIÇOS PUBLICOS, símbolo ASSII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PUBLICOS, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2023.

PORTARIA ADM. N.º 3343 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 0939/2023,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) GABRIELA ADRIANA PINELL CAMPAGNA, do Cargo de DIRETOR DE RESIDUOS SOLIDOS, símbolo DRT, da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2023.

PORTARIA ADM. N.º 3344 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 117/2021,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) THIAGO NEVES DA MOTTA, do Cargo de SUPERINTENDENTE DE MEIO AMBIENTE, símbolo ST, da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2023.

PORTARIA ADM. N.º 3345 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 3248/2021,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) LUANA RISCADO DE CARVALHO PINTO, do Cargo de DIRETOR DE LICENCIAMENTO, símbolo DRT, da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, com efeito retroativo a partir de 01 de

novembro de 2023.

PORTARIA ADM. N.º 3346 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 0082/2023,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) BRENDO FERREIRA CORREA, do Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, símbolo ASSI, da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, com efeito retroativo a partir de 08 de novembro de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 21 de novembro de 2023.
Braz Marcos da Silva Marques
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 0751/2023

PORTARIA Nº 116 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023
A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO, no uso de suas atribuições legais.
R E S O L V E:
Nomear o senhor THIAGO DA SILVA DIAS RICARDO no Cargo Comissionado de ASSESSOR ESPECIAL DE EVENTOS, retroativo a 01 de NOVEMBRO de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 17 de Outubro de 2023.
Cecilia Ribeiro Cabral
Presidente
FMP

PORTARIA Nº 049 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.
O PRESIDENTE DO PREVI MANGARATIBA, no uso de suas atribuições, na forma do disposto no artigo 15, incisos XI e XII, da Lei Complementar n° 33 de 08 de outubro de 2014, e tendo em vista o Processo nº 305/2023 – PREVI Mangaratiba.
RESOLVE:
Retificar os termos da Portaria nº 0832 de 06 de junho de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Conceder pensão por morte do ex-segurado aposentado, ELCI JOSÉ RODRIGUES, Servente, Matricula nº 2887, GFB- Classe I, NRV-III a sua Cônjuge MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES, com base no Art. nº 95, Inciso I e Artigo 96, inciso I da Lei Complementar nº 33 de 08/10/14, c/c o Art. 40 § 7º, Inc. I da CF/88, e quanto ao reajuste o que dispõe o Art. 109 da Lei Compl. 33/14 c/c Art. 40, § 8º da CF/88, c/c Art. 6 º - A da EC 41/03 (incluído pela EC 70/2012), com data de validade a partir do óbito, ou seja, 08 de maio de 2023, conforme abaixo discriminado:
Vencimento ..... R$ 1.405,74
Triênio(25%)..... R$ 351,43
Total..... R$ 1.757,17
Fundamentação:
1- O vencimento está fundamentado na Lei nº 1469 de 12/12/2022
2- O Adicional por tempo de serviço (triênio) está fundamentado no Art. 71, da Lei nº. 05/91.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 14 de novembro de 2023.
Anderson da Silva Moreira
Presidente
PREVI Mangaratiba

PORTARIA Nº 050 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.
O PRESIDENTE DO PREVI MANGARATIBA, no uso de suas atribuições, na forma do disposto na Lei Complementar n° 33, de 08 de outubro de 2014 c/c do Decreto nº 805 de 06/04/2004.
RESOLVE:
Alterar os termos da Portaria nº 2.043 de 18 de setembro de 2007, por motivo de REVERSÃO DE COTA DE PENSÃO POR MORTE, com validade retroativa a partir de 01 de novembro do corrente exercício, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Conceder Pensão por morte do ex-segurado, ORTIZ DA SILVA RIBEIRO, Matrícula nº 2556, Técnico em Enfermagem, ao seu filho RAMON VICTOR DE OLIVEIRA RIBEIRO, na proporção de 100% (cem por cento), com fundamento no que dispõe no Art. 14, inciso I c/c Art. 15 § 2º, inciso III, Art. 27, inciso II, letra "a", Art. 41, inciso II § 3º todos da Lei nº 549 de 20/10/2006, do Instituto de Previdência do Município de Mangaratiba, conforme abaixo discriminado:
Vencimento..... R$ 1.320,00
Fundamentação:
1. O Vencimento está fundamentado no § 3º do Art. 41 da Lei nº 549/06 e Decreto nº 1.459 de 07/05/2007;
2. A reversão e a extinção estão fundamentadas no parágrafo único dos artigos 113 e 114 do Decreto Federal nº 3.048/99;
3. O ato concessório está fundamentado na Constituição Federal Art. 40 § 7º, com redação determinada pela EC nº 41/2003.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 16 de novembro de 2023.
Anderson da Silva Moreira
Presidente
PREVI Mangaratiba

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 4.931 DE 20 DE OUTUBRO DE 2023.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM FAVOR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL NO ORÇAMENTO VIGENTE."

O PREFEITO DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais instituídas no art. 92, VII e no art. 107, I, alínea "d" da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o art. 04 da Lei nº 1.474/2022 - Lei Orçamentária Anual para 2023 e suas alterações (Leis 1.479/2023 e 1.510/2023), que autorizam a abertura de créditos adicionais suplementares nas hipóteses e limites que menciona:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no orçamento vigente no valor de **R$ 662.863,13 (Seiscentos e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e treze centavos)**, em favor da **Prefeitura Municipal de Mangaratiba e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS,** decorrente da anulação de dotação orçamentária, de acordo com o quadro abaixo:

FICHA	CÓDIGO GERAL	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
2	04.01.01.08.244.0017.2044	3.3.90.30.00	16610000	R$ 20.000,00	
3	04..01.01.08.244.0017.2044	3.3.90.30.00	16650000	R$ 42.440,68	
10	02.01.01.04.122.0019.2004	3.3.90.39.00	17050000	R$ 68.299,39	
74	02.06.01.04.122.0019.2003	3.3.90.14.00	15000000	R$ 1.323,34	
168	02.08.01.12.361.0019.2007	3.3.90.36.00	15500000	R$ 87.418,36	
253	02.08.02.27.813.0015.2042	3.3.90.30.00	17050000	R$ 31.858,52	
274	02.09.01.08.244.0019.2003	3.3.90.14.00	15000000	R$ 1.299,00	
531	02.22.01.04.122.0019.2010	3.3.90.39.00	17050000	R$ 60.000,00	
660	02.03.01.04.122.0019.2003	3.3.90.14.00	15000000	R$ 347,00	
678	02.14.01.15.452.0002.2051	3.3.90.39.00	17080000	R$ 347.996,92	
679	02.08.02.27.813.0015.2042	4.4.90.52.00	17050000	R$ 1.879,92	
5	04.01.01.08.244.0017.2044	3.3.90.39.00	16610000		R$ 20.000,00
15	04.01.01.08.244.0017.2060	3.3.90.32.00	16650000		R$ 10.000,00
16	04.01.01.08.244.0017.2060	3.3.90.36.00	16650000		R$ 9.988,50
21	04.01.01.08.244.0017.2083	3.3.90.32.00	16650000		R$ 13.000,00
22	04.01.01.08.244.0017.2083	3.3.90.36.00	16650000		R$ 9.452,18
62	02.04.01.11.331.0019.2029	3.3.90.47.00	17080000		R$ 226.812,72
102	02.08.01.12.361.0009.2008	3.3.90.30.00	17050000		R$ 128.299,39
195	02.08.01.12.365.0009.2011	4.4.90.52.00	15500000		R$ 87.418,36
256	02.08.02.27.813.0015.2042	3.3.90.39.00	17050000		R$ 33.738,44
278	02.09.01.08.244.0019.2003	3.3.90.92.00	15000000		R$ 1.299,00
419	02.14.01.15.452.0002.2051	3.3.90.39.00	15000000		R$ 347,00
595	02.04.01.04.122.0019.2016	3.3.90.30.00	17080000		R$ 121.184,20
605	02.06.01.04.122.0019.2003	3.3.90.92.00	15000000		R$ 1.323,34
TOTAL				**R$ 662.863,13**	**R$ 662.863,13**

Art. 2º - Fica alterado o Quadro Demonstrativo de Despesa, referente ao **Artigo 4º, da Lei Municipal nº 1.474 de** 16 de Dezembro de 2022, que institui a Lei Orçamentaria Anual de 2023, para que passem a constar as devidas alterações.

Art. 3º -Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Mangaratiba, 20 de outubro de 2023

ALAN CAMPOS DA COSTA
PREFEITO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 4.938, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PARA AUTORIZAÇÃO DE INGRESSO DE FRETAMENTO TURÍSTICO NO MUNICIPIO DE MANGARATIBA, CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº 1354/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentação da Lei Municipal nº 1354, de 01/09/2021;

CONSIDERANDO, a necessidade de criar mecanismos de controle e regulamentação da circulação, embarque, desembarque e estacionamento de veículos de turismo no município.

DECRETA:

Art. 1º Todos os ônibus, microônibus, vans e kombis de turismo devem receber autorização de entrada e permanência, emitidas pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 2º Será cobrada, a título de ingresso, Taxa em conformidade com a Lei Municipal nº 1354/2021.

§ 1º O ingresso compreenderá o período de 24 (vinte e quatro) horas, devendo o veículo mencionado ficar estacionado no local regulamentado pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

§ 2º Entende-se por veículo de turismo toda e qualquer espécie de meio de transporte, tais como ônibus de excursão, ônibus executivo destinado a eventos temporários, vans, microônibus e similares, kombis de passageiro, que transportam de forma eventual ou permanente, turistas e visitantes no âmbito do município de Mangaratiba.

§ 3º Excetuam-se dessas regulamentações os automóveis de passeio e ônibus de linhas regulares municipais e intermunicipais.

Art. 3º Indistintamente, todos os veículos de transporte de passageiros serão submetidos ao mesmo processo para adquirirem a Autorização de entrada e permanência.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Art. 4º Os pedidos de autorização serão aceitos somente até 48 (quarenta e oito) horas úteis anteriores à data de chegada no município, podendo, a critério da Secretaria Municipal de Fazenda, a emissão de Autorização de entrada com prazo de pedidos inferiores.

§1º. Para operacionalizar a emissão de autorização, tendo em vista o prazo do protocolo de solicitação, a Secretaria Municipal de Fazenda poderá criar unidade volante fiscal, para protocolização e emissão extraordinária de autorização de ingresso dos referidos veículos, dando ciência à Secretário Municipal de Segurança e Trânsito das autorizações expedidas, conforme disponibilidade para o ingresso, tendo em vista as limitações de trafego e estacionamento do município, em consonância com o Art. 4º da Lei nº 1354/2021.

§2º. O Secretário Municipal de Fazenda, através de Portaria, designará um ou mais servidores, com competência privativa, para expedição de Autorização para ingresso de veículos turísticos, tanto para expedição na sede da Secretaria Municipal de fazenda, quanto nas unidades de fiscalização volante.

§3º. A Secretário Municipal de Segurança e Trânsito deverá regulamentar a disponibilidade para o ingresso de veículos turísticos em cada distrito.

Art. 5º Os veículos de transporte de passageiros que desejarem ingressar no Município deverão observar o seguinte procedimento para solicitação de Autorização de entrada e permanência, conforme fluxograma anexo I deste Decreto:

I - Preencher o formulário disponível no site da Prefeitura Municipal: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/autorizacao-ingresso-de-veiculos;

II - Realizar o pagamento do Documento de Arrecadação Municipal, conforme estipulado na Lei nº 1354/2021;

III – Encaminhar o comprovante de pagamento da taxa para o e-mail: ingresso.veiculo@mangaratiba.rj.gov.br;

IV - Mediante comprovação de pagamento, será gerada uma Autorização de acesso, assinada pelo Secretário Municipal de Fazenda, que será enviado por e-mail, digitalizada, que deverá ser impressa pelo solicitante e colocada no lado direito do para-brisa do veículo, em local que permita sua identificação externa, permanecendo desde sua entrada até sua partida da cidade, sendo considerado não autorizado o veículo que estiver sem este documento, e sob pena de multa em conformidade com a Lei Municipal nº 1354/2021.

§ 1º O formulário de Autorização de entrada e permanência bem como as orientações sobre o processo estarão disponíveis no site da Prefeitura Municipal, no endereço http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/autorizacao-ingresso-de-veiculos.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

§ 2º A liberação e uso da Autorização no local indicado permite a circulação no Município, sendo permitido o embarque e desembarque na zona urbana do município, de acordo com as placas de sinalização, devendo o veículo ficar estacionado de acordo com a regulamentação da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, sob pena de multa e outras sanções em conformidade com a Lei Municipal nº 1354/2021.

Art. 6º São isentos do pagamento da taxa, os veículos mencionados nas alíneas do §2º do Art. 6º da Lei Municipal nº 1354/2021.

§ 1º. Os Veículos mencionados nos dispositivos acima não estão dispensados da Autorização de que trata este Decreto.

§ 2º. No caso de veículos de turismo pertencentes a empresas registradas e sediadas no município de Mangaratiba somente será concedida a isenção às empresas que comprovarem sua regularidade tributária, independentemente do seu regime de tributação.

Art. 7º No horário compreendido entre as 11h30min e às 14h00min os veículos autorizados, ficam liberados para transportarem os turistas aos serviços de restaurantes existentes na cidade, sendo vedado o estacionamento junto a esses, de forma que somente será permitido o embarque e desembarque de passageiros, devendo o veículo retornar aos estacionamentos autorizados.

Art. 8º Os Agentes de Trânsito poderão abordar e interpelar os responsáveis pelos veículos de que trata o presente Decreto, para conferência da autorização de entrada e circulação no Município.

§1º A Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito ficará responsável pela lavratura do Auto de Infração, através dos Agentes de Trânsito.

§2º. Tendo em vista tratar-se de auto de infração por infringência a obrigação acessória tributária, os procedimentos para a impugnação e contencioso deverão cumprir as normas constantes do Decreto Municipal nº. 4044/2019.

§3º A Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito deverá protocolizar junto o Protocolo Geral os autos de infração lavrados, com vistas ao devido processo legal, ampla defesa e o contraditório.

Art. 9º Fica criado o Talão de Notificação da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito no que tange o ingresso de veículos de fretamento turístico no município de Mangaratiba, numerado, em três vias e demãos características técnicas, constante do anexo II, cuja utilização iniciar-se-á após a edição deste Decreto.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal De Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito adotará como prioridade, a execução das providencias concernentes à criação e operacionalidade do sistema de fiscalização nos padrões do Talão de Notificação previsto neste decreto.

Art. 10. Ficam criados Selos referentes as autorizações de entradas e permanências emitidas pela Secretaria Municipal de Fazenda para todos os ônibus, micro-ônibus, vans e kombis de turismo que ingressarem no município, constante do anexo III, cuja utilização iniciar-se-á após a edição deste Decreto.

Art. 11. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 10 de novembro de 2023.

Alan Campos da Costa
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

ANEXO I

FLUXOGRAMA DE TRAMITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INGRESSO DE VEICULOS TURÍSTICOS

SMFAZ
Recebe a solicitação de Autorização online

↓

FISCALIZAÇÃO DE TAXAS – Realiza o lançamento da Taxa e encaminha ao requerente através do e-mail cadastrado.

↓

REQUERENTE realiza o pagamento e encaminha para o e-mail ingresso.veiculo@mangaratiba.rj.gov.br o comprovante de recolhimento.

↓

FISCALIZAÇÃO DE TAXAS – após certificar o recolhimento, realiza a emissão da Autorização, e encaminha ao Secretário.

↓

SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA – analisa os documentos e autoriza no documento de Autorização.

↙ ↘

CASO AUTORIZADO

↓

FISCALIZAÇÃO DE TAXAS – digitaliza o documento e encaminha ao e-mail do requerente a competente autorização.

CASO NÃO AUTORIZADO

↓

FISCALIZAÇÃO DE TAXAS – NOTIFICA, VIA e-mail, o requerente, dando-lhe ciência do indeferimento, e as razoes que deram causa.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal De Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

ANEXO – II

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

AUTO DE NOTIFICAÇÃO
Nº 0001
DATA: ___/___/_____
HORÁRIO: ____:____

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

DADOS DA EMPRESA / CONDUTOR

NOME/RAZÃO SOCIAL: MARCA / MODELO:

CNPJ: ANTT: PLACA:

CONDUTOR: REGISTRO CNH:

CPF: UF:

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO

ENDEREÇO:

BAIRRO: ATIVIDADE: ( ) TURISMO ( ) SERVIÇOS ( ) OUTROS

PENALIDADES APLICADAS

FICA O AUTUADO ACIMA QUALIFICADO CIENTE QUE AS IRREGULARIDADES APONTADAS DEVERÃO SER REGULARIZADAS IMEDIATAMENTE. SERÃO APLICADAS AS SEGUINTES PENALIDADES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

INFRAÇÃO
( ) FALTA DE AUTORIZAÇÃO
( ) SELO NÃO FIXADO NO PARA-BRISA
( ) ESTACIONAR EM LOCAL NÃO AUTORIZADO
( ) ESTACIONAR SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO
( ) OUTROS

REGULARIZAÇÃO
( ) A EMPRESA SE RESPONSABILIZA NO PRAZO NÃO SUPERIOR A 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS REALIZAR O PAGAMENTO DAS TAXAS PREVISTA NO ART. 12, §1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1354/2021.

TIPO DE VEÍCULO
( ) ÔNIBUS ( ) MICRO-ÔNIBUS ( ) VAN
( ) VEÍCULO SUPERIOR A 05 (CINCO) PASSAGEIROS ATE 08 (OITO) PASSAGEIROS

CASO A EMPRESA NÃO CUMPRA COM O ACORDO DE PAGAMENTO DA TAXA DE REGULARIZAÇÃO DO VEÍCULO, APÓS 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS DA EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO, A GUIA SERÁ PROCESSADA NO SISTEMA.

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

DETERMINAÇÕES

INFORMAMOS AO AUTUADO: A EMPRESA PODERÁ APRESENTAR SUA DEFESA CONTRA A AÇÃO DA FISCALIZAÇÃO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, NO PRAZO DE ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS A PARTIR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO

NOME (POR EXTENSO):

ASSINATURA/CARIMBO:

RECEBIDO POR

NOME/RAZÃO SOCIAL: CPF/CNPJ:

ASSINATURA:

( ) RECUSOU-SE A ASSINAR A AUTUAÇÃO

TESTEMUNHAS

NOME/MATRICULA: ASSINATURA:

NOME/MATRICULA: ASSINATURA:

1ª VIA – COR BRANCA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
2ª VIA – COR VERMELHA: AUTUADO
3ª VIA - COR VERDE: AGENTE EMISSOR

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal De Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

ANEXO III

SELOS DE INGRESSSO DE VEICULOS

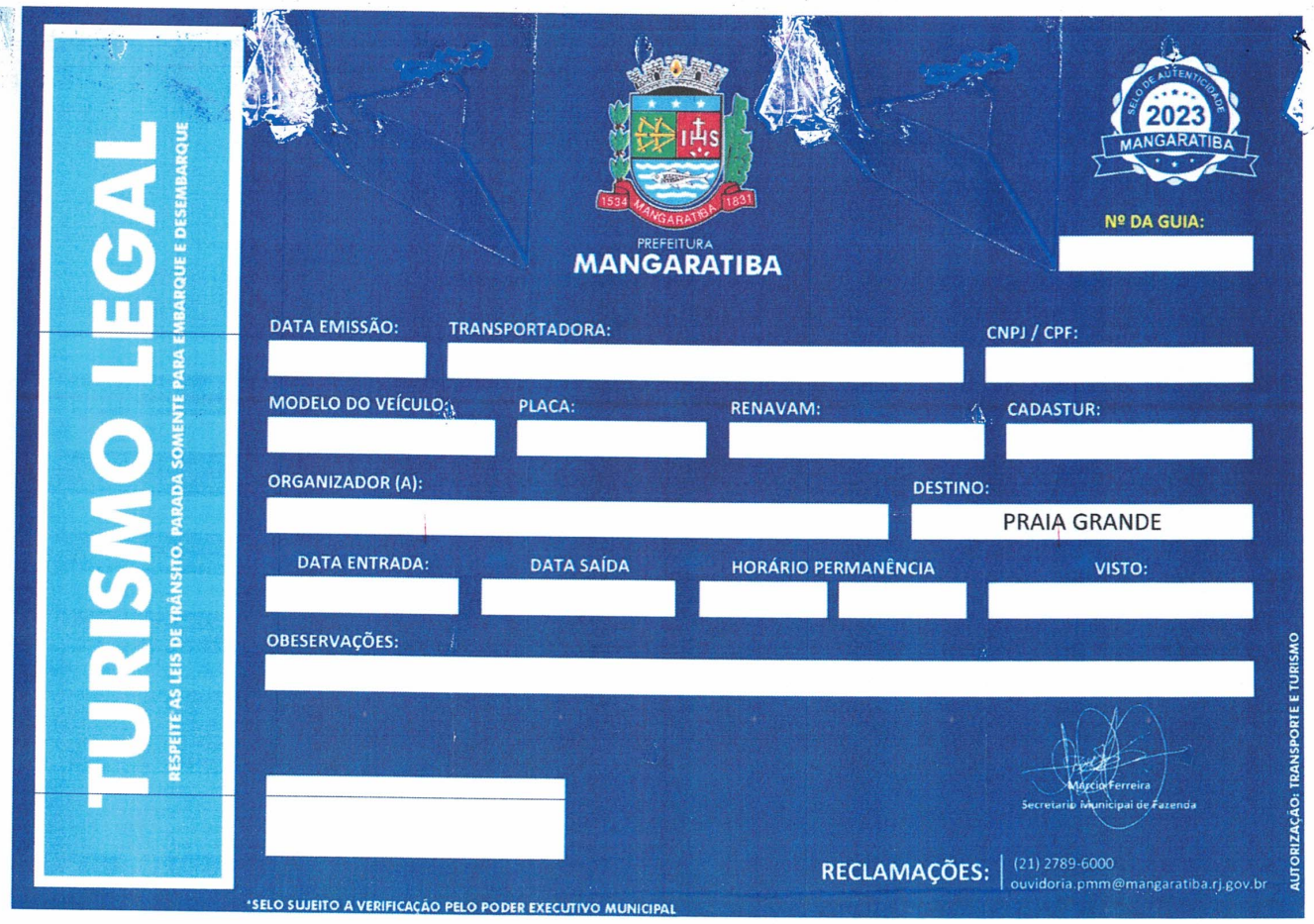
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal De Mangaratiba

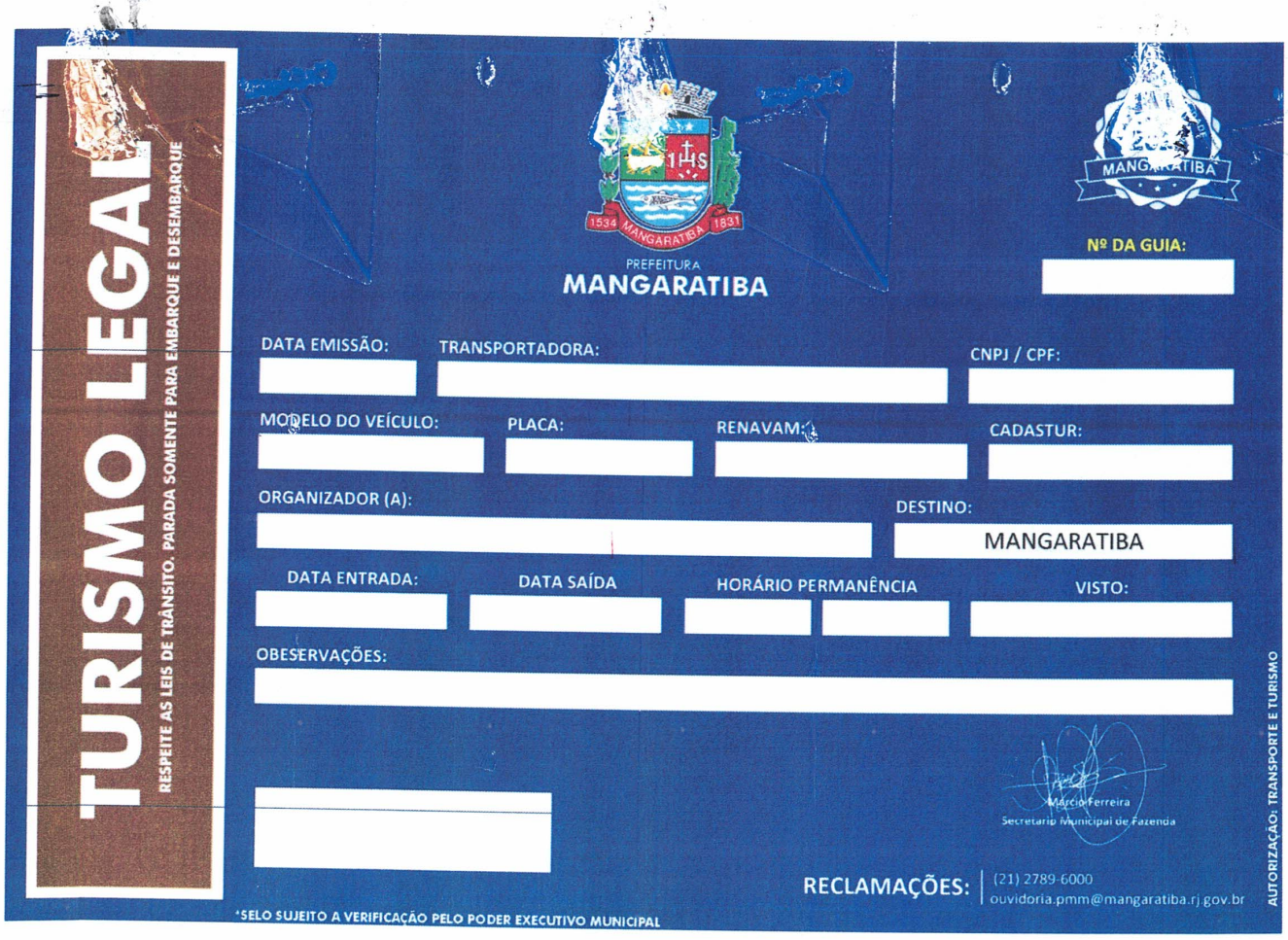
Gabinete do Prefeito



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal De Mangaratiba

Gabinete do Prefeito



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal De Mangaratiba

Gabinete do Prefeito



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal De Mangaratiba

Gabinete do Prefeito



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal De Mangaratiba

Gabinete do Prefeito



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 4.940, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023

Regulamenta o uso apropriado dos recursos de Tecnologia da Informação no âmbito da Prefeitura do Município de Mangaratiba e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Mangaratiba, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar o uso apropriado dos recursos da tecnologia da informação no âmbito da Prefeitura do Município de Mangaratiba, promovendo a proteção dos usuários, dos equipamentos, dos softwares, dos dados dos contribuintes e da própria Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança das informações geradas, adquiridas, processadas, armazenadas e transmitidas no âmbito da Administração Municipal, de forma a atender aos princípios da confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e legalidade;

CONSIDERANDO que os servidores públicos devem zelar pelas informações que lhes são confiadas no exercício de suas funções;

CONSIDERANDO que as ações de segurança da informação reduzem custos e riscos e aumentam os benefícios prestados aos cidadãos, ao permitir a oferta de processos, produtos e serviços suportados por sistemas de informações mais seguros.

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Os recursos de Tecnologia da Informação existentes no âmbito da Prefeitura do Município de Mangaratiba têm sua utilização sujeita às normas do presente Decreto, independentemente da respectiva propriedade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste Decreto, ficam estabelecidos os seguintes conceitos:

1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

I - Área de Trabalho: espaço lógico da rede local (Intranet) e discos locais da estação de trabalho destinados ao armazenamento exclusivo de arquivos de trabalho sujeitos a cópia de segurança (backup);

II - Arquivo: conjunto de informações concatenadas passível de armazenamento em meio digital;

III - Correio Eletrônico e Redes Sociais: serviço de envio e recebimento de mensagens em meio digital, compreendendo softwares e equipamentos centrais de processamento e de manutenção de caixas postais;

IV - Comunicadores Instantâneos: programas para receber e enviar mensagens e arquivos simultaneamente; torna-se possível se comunicar em tempo real por meio de texto, voz e/ou vídeo;

V – Gestor da informação: pessoa detentora de competência institucional para autorizar ou negar acesso à determinada informação ao usuário;

VI - Equipamento de Informática e de Comunicação: dispositivo de processamento eletrônico de informações, incluindo desktop, notebook, tablet, servidor de rede e respectivos componentes e acessórios, impressora, scanner, switches, roteadores, aparelho de telefone de mesa e sem fio, digital. analógico e PABX;

VII - Internet: rede mundial de computadores externa a Prefeitura Municipal, integrada por equipamentos de informática conectados entre si;

VIII - Intranet: conjunto das redes locais de conexão de equipamentos e sistemas de informática da Prefeitura Municipal, no âmbito interno e externo a sede;

IX - Programa de Código Malicioso: software projetado especificamente para atentar contra a segurança de equipamento de informática, normalmente por meio de exploração de alguma vulnerabilidade do equipamento ou respectivos softwares (ex: vírus, spyware, etc.);

X - Infraestrutura de Rede: conjunto dos equipamentos de informática de cada um dos prédios utilizados pela Prefeitura, conectados entre si, tanto pelo servidor local ou atendimento direto;

XI - Portal (Site ou Sítio): Conjunto articulado de informações, identificado por um domínio e como tal acessível por meio da Internet;

XII - Software: conjunto de comandos lógicos, escritos em linguagem específica, para execução em equipamento de informática e de comunicação;

XIII - Usuário: pessoa autorizada a operar equipamento de informática;

XIV - Sistemas Corporativos: são sistemas de uso coletivo da Prefeitura;

XV - Log de Dados: processo de registro de eventos relevantes de um sistema computacional que poderá ser utilizado para restabelecer o estado original de um sistema ou para que o administrador, de um referido sistema, conheça e identifique um

comportamento do passado. Poderão ser utilizados para processos de auditoria e diagnóstico de problemas em sistemas computacionais;

XVI – Login ou ID do Usuário: processo para acessar um sistema informatizado restrito feito através da autenticação ou identificação do utilizador de forma única e pessoal, usando credenciais previamente cadastradas no sistema por esse utilizador;

XVII - autenticidade: garantia que a informação é procedente e fidedigna, capaz de gerar evidências não repudiáveis da identificação de quem a criou, editou ou emitiu;

XVIII - confidencialidade: garantia de que as informações sejam acessadas e reveladas somente a indivíduos, órgãos, entidades e processos devidamente autorizados;

XVIV - dado: parte elementar da estrutura do conhecimento, computável, mas, incapaz de, por si só, gerar conclusões inteligíveis ao destinatário;

XVV - disponibilidade: garantia de que as informações e os recursos de tecnologia da informação estejam disponíveis sempre que necessário e mediante a devida autorização para seu acesso ou uso;

XVVI - gestor da informação: pessoa detentora de competência institucional para autorizar ou negar acesso à determinada informação ao usuário;

XVVII - incidente de segurança da informação: um evento ou uma série de eventos de segurança da informação indesejados ou inesperados, que tenham uma grande probabilidade de comprometer as operações do negócio e ameaçar a segurança da informação;

XVVIII - informação: conjunto de dados que, processados ou não, podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

XIX - integridade: garantia de que as informações estejam protegidas contra manipulações e alterações indevidas;

XX - legalidade: garantia de que todas as informações sejam criadas e gerenciadas de acordo com a legislação em vigor;

XXI - não repúdio: garantia de que um usuário não consiga negar uma operação ou serviço que modificou ou criou uma informação;

XXII - recursos da tecnologia da informação: recursos físicos e lógicos utilizados para criar, armazenar, manusear, transportar, compartilhar e descartar a informação, dentre estes podemos destacar os computadores, notebooks, tablets, pendrives, mídias, impressoras, scanners, softwares, etc;

XXIII - risco: combinação de probabilidades da concretização de uma ameaça e seus potenciais impactos;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

XXIV - segurança da informação: preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação; adicionalmente, outras propriedades, tais como autenticidade, responsabilidade, não repúdio e confiabilidade, podem também estar envolvidas;

XXV - senha: conjunto alfanumérico de caracteres destinado a assegurar a identidade do usuário e permitir seu nível de acesso aos recursos da tecnologia da informação não disponíveis ao público, de uso pessoal e intransferível;

XXVI - tecnologia da informação e comunicação: solução ou conjunto de soluções sistematizadas baseadas no uso de recursos tecnológicos que visam resolver problemas relativos à geração, tratamento, processamento, armazenamento, veiculação e reprodução de dados, bem como subsidiar processos que convertem dados em informação;

XXVII - usuário: funcionário, servidor, comissionado, estagiário, prestador de serviço, terceirizado, conveniado, credenciado, fornecedor ou qualquer outro indivíduo ou organização que venham a ter relacionamento, direta ou indireta, com os órgãos e entidades da Administração Municipal;

XXVIII - violação: qualquer atividade que desrespeite as diretrizes estabelecidas nesta política ou em quaisquer das demais normas que a complemente.

Art. 2º. Os recursos de Tecnologia da Informação de propriedade da Prefeitura de Mangaratiba devem ser utilizados para o desempenho de atividades administrativas, não configurando quebra de sigilo a realização de inspeções, auditorias, armazenamento de logs de dados ou manutenções preventivas e corretivas pela SMCTE.

Parágrafo único. A realização de inspeções mais detalhadas, no sentido de avaliar uma situação de uso indevido dos recursos, depende de autorização expressa do Prefeito, do Secretário de Ciência e Tecnologia, ou, ainda, do Secretário de Administração e do Controlador Geral do Município em eventual procedimento administrativo disciplinar.

Art. 3º. Todas as informações e dados da Prefeitura, tais como: Folha de Pagamento, Contábil, Financeira, Tributário (IPTU, ISS, ICMS, Nota Fiscal Eletrônica), servidores de arquivos ou qualquer Banco de Dados, independente da sua natureza, devem estar, obrigatoriamente, armazenadas no "Data Center" da Prefeitura, ficando a critério da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, definir quando armazenar em Nuvem (cloud).

Art. 4º. Cabe a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia a contratação de empresa para implementar, alterar ou manter infraestrutura, quando esta julgar que o ofício não poderá ser absorvido e de responsabilidade da SMCTE.

Parágrafo único. A Secretaria deve também, sempre que possível, investir em atualizações constantes das ferramentas de segurança da informação, a fim de manter as soluções páreas e efetivas, contra o aumento e constantes evoluções das diversas ameaças digitais.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 5º. Cabe a Secretaria requisitante de qualquer compra, locação ou comodato de serviço e produto que, por ventura venha acoplado algum software ou hardware, comunicar, previamente, a SMCTE para análise de eventuais adequações necessárias a preservação dos recursos de Tecnologia da Informação e a proteção dos dados e informações, bem como manter a compatibilidade com os demais recursos já em operação.

Art. 6º. Cabe a SMCTE e as demais Secretarias orientarem e supervisionarem os servidores para o uso adequado dos recursos de tecnologia da informação da Prefeitura.

§ 1º. Não configura uso inadequado o acesso à Internet ou o uso do correio eletrônico pessoal para eventual intercâmbio de informações de interesse particular do usuário, desde que não comprometa o desempenho de suas funções ou de qualquer outro servidor ou serviço prestado pela Prefeitura.

§ 2º. Constatado qualquer uso inadequado, a ocorrência deve ser imediatamente comunicada ao Secretário da Pasta a qual o recurso tecnológico pertence, para as providências cabíveis.

Art. 7º. Cabe a SMCTE auxiliar todos os servidores, visando ao uso adequado dos recursos de Tecnologia da Informação da Prefeitura, bem como, realizar ações preventivas e corretivas com a implantação de mecanismos de controle que evitem ou coíbam irregularidades.

Seção II

DOS USUÁRIOS

Art. 8º. São usuários dos recursos de Tecnologia da Informação da Prefeitura, o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Controlador Geral, Procurador Geral, Presidentes de Fundação e/ou Autarquia, Subsecretários, Superintendentes, Diretores, Coordenadores, Servidores Efetivos, Contratados, Cargos em Comissão, Estagiários, além de prestadores de serviços e demais colaboradores.

Parágrafo único. A autorização de uso da estação de trabalho é pessoal e intransferível, e, toda e qualquer ação executada por meio de um determinado login será de responsabilidade daquele a quem foi atribuído, cabendo-lhe, portanto, zelar pela confidencialidade de sua senha.

Art. 9º. O cadastramento de usuários visando acesso aos recursos de tecnologia da informação será realizado pela Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia a partir de solicitação escrita do respectivo Secretário da pasta ao qual o usuário esteja lotado, podendo ser realizada através de ofício, comunicação interna (C.I.) ou do e-mail institucional.

§ 1º A autorização de uso para a consecução das tarefas do usuário, contempla o acesso somente aos equipamentos de informática e softwares necessários, bem como a política de acesso à Internet, sendo que, caberá ao responsável especificar para cada software em questão o perfil e nível de acesso desejado, caso aplicável.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

§ 2º A Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Recursos Humanos - deverá comunicar a SMCTE sobre o afastamento definitivo de servidores e estagiários dos quadros funcionais da Prefeitura, para que se realize o cancelamento da autorização de uso de todos os acessos dos recursos.

§ 3º As mudanças de autorização de acesso aos sistemas corporativos e recursos de tecnologia da informação devem ser comunicadas pelo Secretário da Pasta onde o usuário esteja lotado ou vinculado ao setor de tecnologia, para que sejam realizados os ajustes necessários.

§ 4º É de responsabilidade dos Secretários comunicar imediatamente ao Departamento de Recursos Humanos, qualquer mudança de lotação de servidor ou estagiário;

§ 5º Somente o secretário da pasta pode autorizar a quebra de senha nos computadores, mediante ofício ou CI à Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia. Nos casos excepcionais, compete o controlador geral ou o chefe do executivo tal autorização.

Art. 10. Compete ao usuário:

I - zelar pelo sigilo de sua senha e não manter anotada ou impressa de forma visível as demais pessoas;

II - zelar pela segurança das informações, fechando ou bloqueando as telas de equipamentos de informática ou softwares, quando não os estiver utilizando;

III - comunicar imediatamente a SMCTE, qualquer suspeita de que estejam sendo executados atos em seu nome;

IV - zelar pela segurança da infraestrutura tecnológica da Prefeitura, não utilizando dispositivo que possa conter programas de código malicioso;

V - estar atento às ameaças de contexto de engenharia social por parte de terceiros, com a intenção de persuadir, abusando da ingenuidade ou confiança do mesmo, a fim de obter informações que possam ser utilizadas para acesso não autorizado a computadores ou informações;

VI – remeter, exclusivamente, à SMCTE todas as dúvidas de âmbito técnico da Tecnologia da Informação e Comunicação;

VII – cabe ao usuário fazer o back-up pessoal, assim como, proteger os dados de seu computador;

VIII – cabe ao usuário fazer o back-up para fins de formatação do computador, quando houve necessidade para execução, bem como, reinserir no computador quando estiver concretizada a formatação.

Art. 11. É considerado uso inadequado dos recursos de Tecnologia da Informação da Prefeitura de Mangaratiba:

I - fornecer, por qualquer motivo, seu login e senha de acesso para outrem;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

II - fazer uso do login e da senha de outrem;

III - utilizar arquivos que impliquem violação de direitos autorais, de propriedade intelectual ou de qualquer material protegido;

IV - inclusão ou execução de programas de código malicioso nos equipamentos de propriedade da Prefeitura;

V - utilizar-se de qualquer artifício de hardware ou software que visa burlar ou desativar os sistemas de segurança da informação da Prefeitura de Mangaratiba.

Art. 12. A atribuição do login e e-mail implicam em aceitação dos termos previstos neste Decreto.

Seção III

Do Uso e da Aquisição dos Equipamentos de Informática

Art. 13. É vedado o uso de equipamentos de informática particulares conectados a rede de informática da Prefeitura de Mangaratiba, sem a devida autorização da SMCTE e consentimento do Secretário da pasta.

§ 1º. Quando autorizado, a SMCTE se reserva apenas a fornecer instruções referentes às configurações necessárias ao uso da rede corporativa.

§ 2º. A Prefeitura de Mangaratiba não fornecerá suporte ao equipamento particular do usuário, do mesmo modo que não se responsabilizará por quaisquer danos ou desgaste que o mesmo poderá sofrer.

Art. 14. As solicitações para aquisição, locação, comodato de recursos de Tecnologia de Informação, ou de substituição dos existentes, obrigatoriamente, devem ser encaminhadas a SMCTE para análise segundo critérios de modelo, configuração e padronização.

Parágrafo único: todo e qualquer equipamento de informática que farão parte da nossa rede de computadores da prefeitura, deverão, primeiro passar pela SMCTE para depois serem implantados ao sistema.

Art. 15. Nenhum equipamento de informática poderá ser removido ou instalado sem a anuência da SMCTE.

Art. 16. É considerado uso inadequado dos equipamentos de informática:

I - alterar as configurações físicas dos equipamentos ou da infraestrutura de rede, através da inserção ou remoção de peças sem a anuência da Tecnologia;

II - alterar o local de instalação dos equipamentos, sem a supervisão da SMCTE;

III - alterar as configurações lógicas que impeçam, alterem ou possam alterar e regular a administração realizada pela SMCTE, bem como a segurança deste ou de qualquer outro recurso de Tecnologia da Informação;

7

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

IV - ligar equipamentos, que não sejam de informática, em rede elétrica estabilizada do setor;

V - remover, danificar ou alterar, qualquer lacre que invalide a garantia do equipamento e etiquetas que indiquem: código de patrimônio, número de série e informações de licenciamento de software;

VI – colocação de equipamentos para retransmissão de sinais, wi-fi, sem a devida anuência da SMCTE e em desacordo com o padrão exigido pela prefeitura.

Art. 17. Compete exclusivamente a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia:

I - administrar os recursos de Tecnologia;

II - empregar mecanismos para controle de licenças de uso e para bloqueio da instalação de softwares não licenciados, bem como para o bloqueio a alterações da configuração dos equipamentos de informática;

III - empregar mecanismos de segurança e contingência, visando garantir a disponibilidade, a confidencialidade e a integridade das informações armazenadas na área de trabalho dos usuários;

IV - empregar mecanismos para detecção, análise e registro de uso inadequado dos equipamentos de informática.

Parágrafo único. A SMCTE, por intermédio do Secretário, deverá informar o uso inadequado dos equipamentos de informática à Secretaria onde o usuário esteja alocado e nos casos pertinentes informar a Controladoria Geral Municipal para as providências cabíveis.

Art. 18. Compete ao usuário:

I - zelar pela integridade física dos equipamentos de informática colocados à sua disposição, evitando submetê-los a condições de risco, mantendo-os afastados de líquidos, alimentos ou qualquer material ou utensílio que possam danificá-los, comunicando imediatamente a SMCTE qualquer anormalidade ou defeito;

II - zelar pela segurança das informações de propriedade da Prefeitura Municipal, que estejam sob sua custódia, quando armazenadas em equipamentos de informática.

Seção IV

Do Uso e Aquisição de Softwares

Art. 19. É vedado o uso de softwares de propriedade particular nos equipamentos de propriedade da Prefeitura.

Art. 20. As solicitações de aquisição de softwares, ou de substituição dos existentes, devem ser encaminhadas a SMCTE, para análise segundo critérios de modelo, configuração e padronização estabelecidos.

8

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 21. É considerado uso inadequado dos softwares:

I - instalar, utilizar ou manter cópias de softwares que não atendam os critérios de padronização estabelecidos pela SMCTE nos equipamentos de informática;

II - fazer cópias não autorizadas dos softwares desenvolvidos ou adquiridos pela Prefeitura;

III - apropriar-se, sob quaisquer meios, das chaves de ativação, Product Keys ou quaisquer outros códigos de softwares de propriedade da Prefeitura;

IV - o uso de jogos em qualquer horário de expediente.

Art. 22. Compete exclusivamente a SMCTE estabelecer critérios de padronização para aquisição ou uso de softwares nos equipamentos de informática, em consonância com as necessidades pontuais de cada secretaria.

§ 1º. É extremamente proibido o uso de programas de acesso remoto (Teamviewier, AnyDesk, etc.), sem a devida avaliação e liberação pela SMCTE.

§ 2º. Os técnicos do suporte da SMCTE somente implantarão o que estiver descrito na ordem de serviço, ficando impedido de efetuar serviços sem a devida autorização da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, assim como, descumprir o padrão imposto pela Tecnologia.

Art. 23. É de responsabilidade das empresas contratadas pela Prefeitura a legalidade dos softwares utilizados em seus equipamentos de informática.

§ 1º. O uso de equipamentos das empresas contratadas, nas dependências da Prefeitura, depende de autorização prévia da SMCTE;

§ 2º. As empresas contratadas ficam obrigadas a comprovar a legalidade de seus softwares, quando na implantação do mesmo.

Seção V

Do Uso da Internet e Intranet

Art. 24. A SMCTE adotará política interna de inspeção e restrição de acesso à Internet, com a identificação do usuário, por meio de sistema automatizado.

Art. 25. É considerado uso inadequado da Internet:

I - tentar ou efetivamente acessar informações consideradas inadequadas ou não relacionadas às atividades administrativas, especialmente sites de conteúdo agressivo como racismo, drogas, pornografia, pedofilia, entre outros;

II - fazer o download de arquivos e outros que possam tornar a rede local vulnerável a invasões externas e ataques de programas de código malicioso, em suas mais diferentes formas;

9

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

III - tentar ou efetivamente violar os sistemas de segurança de Tecnologia da Prefeitura;

IV - tentar ou efetivamente burlar as regras definidas para o acesso à Internet;

V - tentar ou efetivamente alterar os registros de acesso à Internet;

VI - tentar ou efetivamente realizar ataque ou invasão a computadores da Internet;

VII - utilizar acesso à Internet provido pela Prefeitura para transferência de arquivos que não estejam relacionados às atividades administrativas;

VIII – armazenar arquivos pessoais que não tenham relação com os serviços da prefeitura;

IX - acessar, através da Internet, conteúdos classificados como impróprios de forma que:

a) viole a lei, a moral, os bons costumes, a propriedade intelectual, os direitos à honra, à vida privada, à imagem, à intimidade pessoal e familiar;

b) estimulem a prática de condutas ilícitas ou contrárias à moral e aos bons costumes;

c) incitem a prática de atos discriminatórios, seja em razão de sexo, raça, religião, crenças, idade ou qualquer outra condição;

d) coloquem à disposição ou possibilitem o acesso a mensagens, produtos ou serviços ilícitos, violentos, pornográficos, degradantes;

e) induzam ou possam induzir a um estado inaceitável de ansiedade ou temor;

f) induzam ou incitem práticas perigosas, de risco ou nocivas para a saúde e para o equilíbrio psíquico;

g) sejam falsos, ambíguos, inexatos, exagerados ou extemporâneos, de forma que possam induzir a erro sobre seu objeto ou sobre as intenções ou propósitos do comunicador;

h) violem o sigilo das comunicações;

i) constituam publicidade ilícita, enganosa ou desleal, em geral, que configurem concorrência desleal e/ou denominados "spam-mails";

j) veiculem, incitem ou estimulem a pedofilia;

k) incorporem vírus ou outros elementos físicos ou eletrônicos que possam danificar ou impedir o normal funcionamento da rede, do sistema ou dos equipamentos de informática (hardware e software) de terceiros ou que possam danificar os documentos eletrônicos e arquivos armazenados nestes equipamentos informáticos.

Art. 26. Compete exclusivamente a SMCTE, com suporte dos demais Secretários:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

I - planejar, implantar, aperfeiçoar e manter mecanismos que possibilitem filtrar, detectar, restringir e bloquear as ações definidas no artigo anterior e quaisquer outras ações que possam acarretar riscos às atividades da Prefeitura;

II - armazenar informações referentes ao uso da Internet, para fins de inspeção, estatísticas de utilização e otimização dos recursos da rede local;

III - comunicar ao Secretário do usuário, para que este faça o encaminhamento a Controladoria Geral Municipal, para as providências cabíveis, quando da constatação das ações relacionadas no artigo anterior deste Decreto;

IV - fazer pesquisas e levantamentos sobre a segurança dos recursos de acesso à Internet, providos pela Prefeitura.

Seção VI

Do Uso da Rede Local

Art. 27. É considerado uso inadequado da Rede Local:

I - manter armazenados na área de trabalho arquivos que não estejam relacionados às atividades administrativas;

II - utilizar os recursos da rede local para transferência de arquivos que não estejam relacionados às atividades administrativas;

III - tentar ou efetivamente violar os sistemas de segurança da rede local;

IV - Tentar ou efetivamente burlar as regras definidas para o acesso à rede local;

V - Tentar ou efetivamente alterar os registros de acesso à rede local;

VI - Tentar ou efetivamente realizar ataque ou invasão a computadores da rede local.

VII – compartilhamento de pastas sem a avaliação prévia e autorização da SMCTE. Nos casos excepcionais deverá ter senha e ser de responsabilidade do usuário.

Seção VII

Do Uso do Correio Eletrônico

Art. 28. Cada usuário, a critério do Secretário onde está alocado e com a aprovação da SMCTE, e ainda, de acordo com a necessidade do serviço e a disponibilidade técnica, poderá ter acesso a uma conta de correio eletrônico associada ao respectivo login.

Parágrafo único. As contas de correio eletrônico da Prefeitura devem ser utilizadas para transmitir e receber informações relacionadas às atividades administrativas e com login do cargo.

11

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 29. De acordo com a disponibilidade da infraestrutura de tecnologia da informação e de requisitos de segurança podem ser impostos limites à utilização do serviço de correio eletrônico.

§ 1º. As contas de correio eletrônico têm limitação de espaço para armazenamento de mensagens (cota), sendo que o usuário que ultrapassar este limite fica automaticamente impedido de enviar e receber novas mensagens, devendo, para liberação, efetuar a exclusão das mensagens.

§ 2º. As mensagens enviadas ou recebidas, incluindo seus anexos, têm limitação de tamanho, sendo automaticamente bloqueadas aquelas que ultrapassem este limite.

§ 3º. Os anexos às mensagens enviadas e recebidas não devem conter arquivos que caracterizadamente não estejam relacionados às atividades administrativas ou que ponham em risco a segurança do ambiente da rede local.

§ 4º. Cabe ao usuário da conta de e-mail, para liberar espaço, efetuar a exclusão de mensagens, desnecessárias e descabidas, assim como, as que não se refiram ao serviço público.

Art. 30. É considerado uso inadequado do serviço de Correio Eletrônico e Comunicadores instantâneos:

I - tentar ou efetivamente acessar contas de correio eletrônico de outrem;

II - tentar ou efetivamente enviar informações, inclusive senhas e listas de endereços de correio eletrônico, para pessoas ou organizações, sem a devida autorização;

III - tentar ou efetivamente enviar material ilegal ou não ético, comercial, de propaganda que não seja de interesse da Prefeitura, mensagens do tipo corrente, abaixo-assinados, pedidos de ajuda, entretenimento, spam (envio de mensagem não solicitada) e propaganda política;

IV - Tentar ou efetivamente enviar mensagens por meio de listas, sem que estas tenham a opção de remoção para não recebimento, exceto os casos em que as mensagens estejam classificadas como prioritárias pela Prefeitura Municipal;

V - Tentar ou efetivamente enviar mensagens ofensivas, que causem molestamento ou tormento;

VI - Tentar ou efetivamente enviar mensagens contendo programas de código malicioso;

VII - tentar ou efetivamente enviar mensagens que possam afetar de forma negativa a Prefeitura, seus servidores, fornecedores ou parceiros, inclusive no que tange às suas imagens públicas;

VIII - tentar ou efetivamente enviar mensagens que de qualquer forma contrariem, menosprezem ou atentem contra os direitos fundamentais e as liberdades públicas reconhecidas constitucionalmente, nos tratados internacionais e no ordenamento jurídico como um todo;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

IX - Tentar ou efetivamente enviar mensagens que induzam, incitem ou promovam atos ilegais, denegridores, difamatórios, infames, violentos ou, em geral, contrários à lei, à moral, aos bons costumes e à ordem pública;

X - Tentar ou efetivamente enviar mensagens que induzam, incitem ou promovam atos, atitudes ou ideias discriminatórias por causa de sexo, raça, religião, crenças, idade ou condição social;

XI - tentar ou efetivamente enviar mensagens que incorporem, ponham à disposição ou permitam acessar produtos, elementos, mensagens e ou serviços ilegais, violentos, pornográficos, degradantes ou, em geral, contrários à lei, à moral e aos bons costumes geralmente aceitos ou à ordem pública;

XII - tentar ou efetivamente enviar mensagens que induzam ou possam induzir a um estado inaceitável de ansiedade ou temor;

XIII - tentar ou efetivamente enviar mensagens que induzam ou incitem a envolver-se em práticas perigosas, de risco ou nocivas à saúde ou equilíbrio psíquico;

XIV - tentar ou efetivamente enviar mensagens que sejam falsas, ambíguas, inexatas, exageradas ou extemporâneas, de forma que possam induzir a erro sobre seu objeto ou sobre as intenções ou propósitos do comunicante;

XV - Tentar ou efetivamente enviar mensagens que sejam protegidas por quaisquer direitos de propriedade intelectual ou industrial pertencentes a terceiros, sem que o usuário tenha obtido, previamente, dos seus titulares, a autorização necessária;

XVI - tentar ou efetivamente enviar mensagens que sejam contrários ao direito de honra, à intimidade pessoal e familiar ou à própria imagem das pessoas;

XVII - tentar ou efetivamente enviar mensagens que infrinjam as normas sobre segredo das comunicações;

XVIII - tentar ou efetivamente enviar mensagens que constituam publicidade ilícita ou enganosa;

XIX - tentar ou efetivamente enviar, voluntariamente, mensagens que incorporem vírus ou outros elementos físicos ou eletrônicos que possam causar dano ou impedir o normal funcionamento da rede, do sistema ou de equipamentos informáticos ("hardware" e "software") de terceiros, ou que possam causar dano aos documentos eletrônicos e arquivos armazenados nestes equipamentos.

Art. 31. Não será permitido o envio de mensagens de correio eletrônico e e-mails de campanhas políticas partidárias.

Art. 32. Não será considerado uso inadequado do correio eletrônico a veiculação de campanhas internas de caráter social ou informativo, desde que previamente autorizado pelo Secretário da Pasta, respeitados os critérios técnicos deste Decreto das legislações vigentes.

13

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 33. Ao se desligar da Prefeitura, após a confirmação do afastamento pelo Departamento de Recursos Humanos, os usuários, terão suas contas de correio eletrônico bloqueado e seu conteúdo armazenado por 1 (hum) ano ou de acordo com critérios e infraestrutura disponíveis pela SMCTE.

Art. 34. Compete exclusivamente a SMCTE:

I - Planejar, implantar, aperfeiçoar e manter mecanismos que possibilitem filtrar, detectar e bloquear as ações definidas neste Decreto, bem como ações semelhantes originadas na Internet;

II - Armazenar informações referentes ao uso do correio eletrônico, para fins de inspeção, estatísticas de utilização e otimização dos recursos da rede local;

III - comunicar ao Secretário da Pasta em que o usuário está alocado, e nos casos mais graves a Controladoria Geral Municipal, para as providências cabíveis, quando da constatação das ações irregulares;

IV - Definir os limites e critérios técnicos para envio e recebimento de mensagens de correio eletrônico.

Art. 35. Cabe ao Secretário do usuário impedido de desenvolver atividades administrativas por conta das restrições mencionadas no artigo anterior, solicitar liberação à SMCTE, por escrito, justificando os motivos do pedido.

Parágrafo único. A alteração das restrições impostas está condicionada à análise técnica a ser realizada pela SMCTE e suportada pelos recursos informáticos em utilização no momento.

CAPÍTULO II

DAS PENALIDADES

Art. 36. O descumprimento das disposições contidas neste Decreto caracteriza infração funcional, a ser apurada através de processo administrativo disciplinar, consoante legislação vigente.

Art. 37. A autoridade que determinar a instauração de processo administrativo disciplinar contra o usuário pode requisitar a SMCTE a suspensão cautelar da autorização de uso, mediante bloqueio de recursos de tecnologia da informação.

Parágrafo único. O usuário identificado como causador de risco imediato aos recursos de tecnologia da informação da Prefeitura terá seu login imediatamente suspenso pela SMCTE, com pronta notificação ao Secretário da Pasta onde o usuário está locado e Controladoria Geral Municipal, inclusive podendo ser confiscado o computador do usuário até o fim da apuração do fato.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 38. As secretarias quando na construção, reforma e adequações de próprios municipais deverão atentar para criação de estrutura para cabeamento de rede de internet e telefonia.

Parágrafo único: caso haja necessidade deverá solicitar a SMCTE técnico para acompanhamento do projeto a ser executado, com o intuito de discriminar eventuais pontos de atendimento.

Art. 39. O Chefe do Executivo criará uma comissão, num prazo de 30(trinta) dias, para debater e estabelecer diretrizes, regras e normas com o objetivo de propor melhorias e estratégias de implantação de uma política de segurança da informação.

Art. 40. Os casos excepcionais a este Decreto devem ser submetidos para análise e parecer da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia e do Chefe do Poder Executivo.

Art. 41. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 13 de novembro de 2023.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 4.941, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

"REVOGA O DECRETO QUE MENCIONA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições nos termos do Art. 92, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba.

DECRETA:

Art. 1.° Fica revogado o Decreto n.° 4.861, de 26 de junho de 2023, que "abre crédito adicional suplementar ao orçamento do Executivo Municipal".

Art. 2.° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 13 de novembro de 2023.

Alan Campos da Costa
Prefeito

ESTADO DO RIO DÈ JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 4.942, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

REGULAMENTA A TAXA TRIBUTÁRIA DE QUE TRATA O INCISO I DO ART. 13 DA LEI 837, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela legislação vigente e nos termos do Art. 92, VII da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, tendo em vista o processo n.º 13.729/2023,

D E C R E T A:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a taxa tributária de que trata o inciso I do art. 13 da Lei nº 837, de 11 de dezembro de 2012, referente a exploração comercial de atividades náuticas realizadas na modalidade "Taxi Boat".

Parágrafo único. A autorização de que trata este Decreto, tendo em vista sua precariedade, poderá ser revogada, a qualquer tempo, sempre que o interesse público exigir, nos termos do Art. 13 da Lei nº 837, de 11 de dezembro de 2012.

Art. 2º Fica regulamentado a taxa concernente ao exercício da atividade de exploração comercial de atividades náuticas realizadas na modalidade "Taxi Boat", àquela constante do item 10 do Art. 252 do Código Tributário Municipal.

§1.º O processo de solicitação de autorização de trata este decreto, deverá ser instruído com todos os documentos mencionados na Lei nº 837, de 11 de dezembro de 2012.

§2.º Após a autorização do Chefe do Poder Executivo, nos termos do Art. 2º da Lei nº 837, de 11 de dezembro de 2012, o processo de solicitação de autorização de trata este decreto, será encaminhado para a Secretaria Municipal de Fazenda para o lançamento do crédito tributário de que trata o caput deste artigo.

§3.º A constituição do crédito tributário relativo à taxa de autorização de uso do solo púbico, será realizada privativa e exclusivamente pela Secretaria Municipal de Fazenda, nos termos do Art. 142 do CTN.

Art. 3º. Nos termos do §3º do Art. 14 da Lei nº 837, de 11 de dezembro de 2012, qualquer infringência as obrigações principais ou acessórias, que resultarem em auto de infração, originárias da autorização de que trata este Decreto e a Lei nº 837, de 11 de dezembro de 2012, serão processadas nos termos do Decreto Municipal nº. 4044/2019, que dispõe sobre as normas disciplinadoras do processo administrativo tributário, com vistas ao devido processo legal, ampla defesa e o contraditório.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Mangaratiba, 13 de novembro de 2023.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 4.944, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE MANGARATIBA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais instituídas no art. 92, VII e no art. 107, I, alínea "d" da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o art. 04 da Lei nº 1.474/2022 - Lei Orçamentária Anual para 2023, que autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares nas hipóteses e limites que menciona:

D E C R E T A:

Art. 1.º Fica aberto crédito adicional suplementar, alterando o orçamento do **Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, no valor de R$ 248.800,18 (Duzentos e quarenta e oito mil, Oitocentos reais e dezoito centavos)**, de acordo com quadro abaixo:

Ficha	Codigo Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação
2	04.01.01.08.244.0017.2044	3.3.90.30.00	16610000	R$ 138.800,18
5	04.01.01.08.244.0017.2044	3.3.90.39.00	16610000	R$ 100.000,00
29	04.01.01.08.244.0017.2044	44.90.52.00	16610000	R$ 10.000,00
	TOTAL			**R$ 248.800,18**

Art. 2.º Fica alterado o Quadro Demonstrativo de Despesa, referente à Lei nº. 1.474 de 16 de dezembro 2022, que institui a Lei Orçamentária Anual de 2023, para que passem a constar as devidas alterações.

Art. 3.º Os recursos compensatórios serão provenientes de Excesso de Arrecadação, oriundos da fonte de recurso 16610000 – Transferências de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social.

Art. 4.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Mangaratiba, 20 de novembro de 2023.

Alan Campos da Costa
Prefeito

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia

TERMO RATIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9772/2023

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO emitido pela Procuradoria Geral do Município, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no art. 24, inciso X da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, que atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 26 da Lei de Licitações e art. 46 da Lei Complementar Municipal Nº 41, de 31 de Janeiro de 2017, **RATIFICO, ADJUDICO E HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação conforme **Termo de Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 001/2023 - SMCT**, conforme abaixo descrito:

Fundamentação legal: Art. 24, inciso X e art. 26, ambos da Lei n. 8.666/93.

Favorecido: RODRIGO BARRETO LEMOS, IDT. Nº 11.178.339-5, CPF Nº 076.001.887-16.

Objeto: Locação de imóvel, localizada na Rua XV de Novembro, nº 70 Apt 103– 2º andar – Centro de Mangaratiba - CEP: 23.860-000.

Valor global: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Prazo de execução: 12 (doze) meses

Dotação Orçamentária:
02.12.01.04.122.0019.2007.3.3.90.36.00

PUBLIQUE-SE.

Mangaratiba, 08 de novembro de 2023.

ANTÔNIO CARLOS ANICETO
Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/ 2023 SMCT

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9772/2023

Enquadramento legal: *O procedimento a ser observado é o de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, X da Lei n. 8.666/93.*

Favorecido: RODRIGO BARRETO LEMOS, IDT. Nº 11.178.339-5, CPF Nº 076.001.887-16.

Objeto: Locação de imóvel, localizada na Rua XV de Novembro, nº 70 Apt 103– 2º andar – Centro de Mangaratiba - CEP: 23.860-000.

Valor global: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Prazo de execução: 12 (doze) meses

Dotação Orçamentária:
0212.01.04.122.0019.2007.3.3.90.36.00

Justificativa:
As dispensas de licitações estão arroladas no art. 24, da Lei Federal 8.666/93. São situações em que o legislador entendeu que deve ficar ao prudente arbítrio do Administrador Público, a conveniência ou não da realização da licitação. Ressalta-se que, em se tratando de Administração Pública, a regra é sempre licitar, como toda regra tem sua exceção, o Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei, vejamos:

> *"Art. 24 – É dispensável a licitação:*
>
> ***X** - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

Dessa maneira, o procedimento a ser observado é o de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, X da Lei n. 8.666/93.

Tendo em vista os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, foi submetido ao crivo de devida justificativa que atesta o referido ato ora praticado.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia

Mangaratiba, 08 de novembro de 2023.

ANTÔNIO CARLOS ANICETO
Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia

TERMO RATIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10927/2023

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO emitido pela Procuradoria Geral do Município, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no art. 24, inciso X da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, que atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 26 da Lei de Licitações e art. 46 da Lei Complementar Municipal Nº 41, de 31 de Janeiro de 2017, **RATIFICO, ADJUDICO E HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação conforme **Termo de Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 002/2023 - SMCT**, conforme abaixo descrito:

Fundamentação legal: Art. 24, inciso X e art. 26, ambos da Lei n. 8.666/93.

Favorecido: SANTA CRUZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - CNPJ Nº 29601.721/0001-39.

Objeto: Locação de imóvel, localizada na Rua XV de Novembro, nº 70 Apt 101 e 102– 2º andar – Centro de Mangaratiba - CEP: 23.860-000.

Valor global: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Prazo de execução: 12 (doze) meses

Dotação Orçamentária:
02.12.01.04.122.0019.2007.3.3.90.36.00

PUBLIQUE-SE.

Mangaratiba, 08 de novembro de 2023.

ANTÔNIO CARLOS ANICETO
Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/ 2023 SMCT

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10927/2023

Enquadramento legal: *O procedimento a ser observado é o de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, X da Lei n. 8.666/93.*

Favorecido: SANTA CRUZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - CNPJ Nº 29601.721/0001-39.

Objeto: Locação de imóvel, localizada na Rua XV de Novembro, nº 70 Apt 101 e 102– 2º andar – Centro de Mangaratiba - CEP: 23.860-000.

Valor global: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Prazo de execução: 12 (doze) meses

Dotação Orçamentária:
02.12.01.04.122.0019.2007.3.3.90.36.00

Justificativa:
As dispensas de licitações estão arroladas no art. 24, da Lei Federal 8.666/93. São situações em que o legislador entendeu que deve ficar ao prudente arbítrio do Administrador Público, a conveniência ou não da realização da licitação. Ressalta-se que, em se tratando de Administração Pública, a regra é sempre licitar, como toda regra tem sua exceção, o Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei, vejamos:

> *"Art. 24 – É dispensável a licitação:*
>
> ***X** - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

Dessa maneira, o procedimento a ser observado é o de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, X da Lei n. 8.666/93.

Tendo em vista os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, foi submetido ao crivo de devida justificativa que atesta o referido ato ora praticado.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia

Mangaratiba, 08 de novembro de 2023.

ANTÔNIO CARLOS ANICETO
Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

EDITAL Nº02 /SMEEL/2023 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023

Estabelece as diretrizes do processo de cadastro, atendimento, matrícula e transferência de alunos na Educação Infantil, nos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Mangaratiba, para o ano letivo de 2024

O Município de Mangaratiba, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer – SMEEL, no uso de suas atribuições e de acordo com as disposições regimentais, torna público e de conhecimento dos interessados, que mediante o presente Edital, estabelecerá as diretrizes do processo de cadastro, atendimento, matrícula e transferência de alunos na Educação Infantil, nos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Mangaratiba, para o ano letivo de 2024. A cada ano será publicada uma Portaria com o cronograma de acordo com o número de vagas.

O instrumento em tela será regido pela Constituição da República Federativa do Brasil – 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - n° 9.394/96, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/90, pela Lei nº 13.257/17, que altera a lei nº 8069/90, pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015, pela Deliberação do Conselho Municipal de Educação- CME nº 02 de 17 de Novembro de 2014, alterada pelo Deliberação nº 01 de 17 de Abril de 2019 e pela Deliberação do Conselho Municipal de Educação- CME nº 01/2014.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Este Edital visa estabelecer os procedimentos de cadastro e as diretrizes quanto à distribuição das vagas disponíveis, atendimento, matrícula e transferência de alunos na Educação Infantil para os Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Mangaratiba, para o atendimento às crianças de seis meses a três anos, onze meses e vinte e nove dias, na Educação Infantil, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei n° 9.394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

1.2. Poderão participar as famílias, residentes no Município de Mangaratiba, interessadas em concorrer a uma vaga para o atendimento às crianças de **seis meses a três anos, onze meses e vinte e nove dias**, na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica.

1.3. A inscrição realizada no Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-Matrícula para os Centros de Educação Infantil de Mangaratiba não é uma garantia de vaga, mas por meio dele as crianças serão chamadas para o preenchimento das vagas disponíveis nas unidades de ensino, conforme os critérios de prioridade estabelecidos neste Edital.

1.4. Ficam vinculados a este Edital os seus anexos.

1.5. A inscrição no cadastro para pré-matrícula nos Centros de Educação Infantil Municipal será permitida a partir do momento em que a criança completar seis meses de idade

1.6. A enturmação das crianças será realizada por faixa etária considerando a data corte de **31 de Março.**

a) Berçário A - 6 meses a 11 meses e 29 dias

Nascidos a partir de 01/04/2023 a 6 meses completos.

b) Berçário B - 1 ano a 1 ano, 11 meses e 29 dias

Nascidos entre: 01/04/2022 a 31/03/2023.

c) Nível 1- 2 anos a 2anos, 11 meses e 29 dias

Nascidos entre: 01/04/2021 a 31/03/2022.

d) Nível 2- 3 anos a 3 anos, 11 meses e 29 dias

Nascidos entre: 01/04/2020 a 31/03/2021.

2. DOS PROCEDIMENTOS PARA O CADASTRO

2.1 As inscrições serão feitas pelo responsável legal da criança, de acordo com a seguinte organização:

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

a) Inscrições ATRAVÉS DA INTERNET, pelo endereço eletrônico https://mangaratiba.rj.gov.br/pre-matricula-sme, a partir das 9h do dia **28 de novembro de 2023.**

b) Para os responsáveis que não possuem acesso à internet a Prefeitura Municipal de Mangaratiba disponibilizará acesso a wi-fi gratuito nas praças conectadas.

c) Em caso de dúvida quanto ao preenchimento das informações solicitadas na inscrição, o interessado deverá entrar em contato com a Diretoria de Legislação e Normas da SMEEL, pelo telefone 2789-6000, ramal 7168, ou pelo endereço eletrônico www.mangaratiba.rj.gov.br.

2.2. O cadastro será realizado exclusivamente pela internet, no endereço eletrônico **https://mangaratiba.rj.gov.br/pre-matricula-sme**, conforme cronograma em anexo, ao qual receberá número do protocolo como comprovante, no ato do cadastro.

2.3. Durante o ano letivo de 2024, o Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-Matrícula da Educação Infantil de Mangaratiba estará aberto para novas inscrições e atualizações de dados para os que ainda não foram beneficiados, segundo datas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer.

2.4. Para cadastrar-se, o responsável deverá realizar os seguintes procedimentos:
a) Acessar o endereço eletrônico **https://mangaratiba.rj.gov.br/pre-matricula-sme**
b) Ler na íntegra e estar de acordo com uso de privacidades e regras do respectivo Edital;
c) Preencher, total e corretamente, a ficha de cadastro;
d) Ao concluir o cadastro, será gerado um número de protocolo, comprovando a inscrição.

2.5 O responsável deverá imprimir e guardar o comprovante da inscrição para entregar junto com os demais documentos comprobatórios das informações prestadas no Sistema Eletrônico, no ato da matrícula.

2.6 Caso a vaga na Unidade escolhida já tenha sido preenchida, o candidato será remanejado para uma unidade que haja vaga mais próximo a sua residência.

2.7 Para concorrer às vagas para os Centros de Educação Infantil de Mangaratiba, todas as famílias deverão obrigatoriamente realizar inscrição no Sistema Eletrônico de Inscrição, conforme procedimentos do item 2.4.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

2.8 Serão de exclusiva responsabilidade dos pais e/ou responsáveis legais pela criança, as informações prestadas, como também, o correto preenchimento e atualização do cadastro.

2.9 Aqueles que optarem para concorrer pelas vagas de vulnerabilidade social e/ou econômica, terão que comparecer aos equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - CRAS e CREAS do seu Distrito para o preenchimento do relatório de Encaminhamento. Ressaltamos que o parecer técnico está condicionado ao usuário inscrito no Cadastro Único do Governo Federal e inserido na rede de Proteção Social Básica (CRAS) ou Proteção Social Especial (CREAS). O responsável pelo candidato à vaga, que já estiver inserido na rede de proteção social (CRAS/CREAS), deverá comparecer a Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer para a entrega do documento. Caso não esteja cadastrado, o mesmo deverá ser realizado e efetuado a inclusão de imediato no acompanhamento da proteção Social (CRAS/CREAS). Em ambos os casos, a entrega do documento na Secretaria de Educação, Esportes e Lazer deverá ocorrer no prazo de **5 (cinco) dias** a partir da data de inscrição.

2.10 Caso a criança esteja em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, o responsável, no momento da inscrição, deverá preencher o campo de **vulnerabilidade social** e/ou econômica. Devendo entregar a documentação comprobatória conforme o disposto no item 2.9.

2.11 Em caso de crianças com deficiência, o responsável, no momento de inscrição, deverá preencher o campo **Deficiência,** devendo entregar a documentação comprobatória na Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer no período de **5 (cinco) dias**.

2.12 A não apresentação do documento comprobatório, na Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer no período de estabelecido nos itens 2.9 e 2.11 acarretará o retorno para ampla concorrência.

2.13 Não serão aceitas solicitações de cadastro que não preencherem o respectivo documento de forma completa e correta ou fornecer dados inverídicos, conforme estabelecido neste Edital.

2.14 Os pais e/ou responsáveis legais ficam cientes que ao realizarem o cadastro, pleiteando a vaga, implicará no pleno conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

Edital, bem como das condições previstas em lei, em relação às quais não poderá ser alegado qualquer espécie de desconhecimento.

3. DAS VAGAS

3.1 O número de vagas disponíveis será publicado no dia **11/12/2022**, após às 14h, através do endereço eletrônico **https://mangaratiba.rj.gov.br**, o que determinará quantos alunos poderão ser convocados para matrícula de acordo com a capacidade de atendimento de cada unidade.

3.2 As crianças que estão na lista de classificados para efetivação da matrícula publicada no Diário Oficial do Município de Mangaratiba nº1697 de 27/10/2022, (Remanescentes), terão prioridade nas vagas ofertadas para o ano letivo de 2024 e não será necessário realizar nova inscrição.

3.3 Serão atendidas, prioritariamente, as crianças com deficiência, que comprovarem sua condição na documentação apresentada, ao longo do ano vigente.

3.4 Na ocorrência da oferta de apenas 01 (uma) turma para determinada faixa-etária, no CEIM pretendido, o número máximo de alunos incluídos com deficiência não poderá ultrapassar três, ficando a Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer autorizada a remanejar os alunos excedentes para outro CEIM mais próxima a sua residência.

3.5 Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Artigo 2º da lei 13.146/2015- do Estatuto da Pessoa com Deficiência).

3.6 Serão destinados **10% (dez por cento)** das vagas para crianças em situação de Vulnerabilidade Social e/ou econômica de acordo com a entrega do documento (Relatório de Encaminhamento), já que a família encontra-se inserida no acompanhamento da Proteção Social Básica ou Especial da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, mencionado no item 2.9.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 As classificações ocorrerão de forma eletrônica pelo Sistema Eletrônico de Cadastro de Inscrição da Educação Infantil, no momento da abertura da vaga, respeitando a capacidade máxima de atendimento das turmas de cada unidade.

4.2 Serão publicados, por ordem de classificação, os candidatos que conseguirem as vagas.

4.3 A cada oferta de vaga remanescente, o Sistema irá reclassificar os cadastrados.

4.4 Para a classificação serão considerados os seguintes critérios e prioridades:

a) Deficiência;
b) 10% (dez por cento) por Vulnerabilidade Social e/ou Econômica
c) Os candidatos em fila de espera (Remanescentes), conforme Portaria nº 27/2023, publicada no Diário Oficial do Município de Mangaratiba nº1697 de 27 /10 /2022;
d) Ordem de inscrição no Sistema.

5. DO ATENDIMENTO

5.1 O período de atendimento nos Centros de Educação Infantil Municipal será de acordo com a Legislação vigente.

5.2 A composição das turmas atenderá como parâmetro a idade das crianças e a data corte definida no item 1.6.

5.3 O número de crianças poderá variar considerando as dimensões de espaço físico das salas de aula e a existência da turma, a fim de assegurar a qualidade da educação.

5.4 A enturmação das crianças com deficiência será realizada mediante parecer Técnico-Pedagógico da Diretoria de Ensino, Diretoria de Educação Especial e Diversidade juntamente com a Diretoria de Legislação e Normas da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

6. ENCERRAMENTO E REABERTURA DO SISTEMA ONLINE

6.1 O Sistema foi encerrado no dia 06/11/2023 às 23 horas e 59 minutos e reaberto o no dia **28/11/2023** às 9 horas.

6.2 Periodicamente o Sistema será atualizado para realizar a classificação dos inscritos e publicado no Diário Oficial do Município de Mangaratiba, gerando a lista de espera.

7. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 A divulgação da listagem final dos classificados para as vagas será pelo site oficial da Prefeitura e nos Centros de Educação Infantil Municipal.

8. DA MATRÍCULA

8.1 A efetivação da matrícula somente será feita no Centro de Educação Infantil Municipal - CEIM em que o Sistema Eletrônico de Inscrição da Educação Infantil o selecionou, após a entrega da documentação, da verificação e comprovação das informações no ato da matrícula.

8.2 O não comparecimento dos pais e/ou responsáveis legais em firmar a matrícula acarretará na perda da vaga e a finalização do cadastro, devendo realizar novo cadastro para a inclusão da criança e aguardar na fila de espera.

8.3 A criança que estiver matriculada e deixar de frequentar por 30 dias, sem justificativa perderá o direito à vaga, devendo realizar novo cadastro.

8.4 A criança que tiver 04 anos completos no ato da convocação para matrícula e o responsável não tiver efetivado a mesma no período determinado em Portaria, terá vaga garantida em outra unidade de Educação Infantil com atendimento parcial próximo a sua residência.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

8.5 Ao final do período de matrícula nos CEIMs, a Direção deverá encaminhar para SMEEL a relação dos candidatos que não compareceram para efetivação da matrícula, para que seja publicada em DOM a Portaria com a relação de desistências.

9. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA MATRÍCULA

9.1 Para comprovar as informações declaradas no cadastro, os pais e/ou responsáveis legais deverão providenciar os documentos atualizados e completos (referentes à criança e ao seu grupo familiar), conforme itens abaixo, para ser entregue juntamente com o protocolo do cadastro, sendo de inteira responsabilidade dos pais e/ou responsáveis legais o seu conteúdo.

a) Certidão de Nascimento.
b) Carteira de Vacinação
c) Comprovante que reside no município de Mangaratiba
d) Identidade e CPF dos genitores ou responsável legal.
e) Protocolo impresso.

9.2 Entende-se como responsável legal, a pessoa que possua a guarda judicial da criança.

9.3 Havendo divergências nas informações prestadas no sistema, e/ou ausência dos documentos comprobatórios que impliquem em mudança nos critérios de classificação, a criança será classificada de acordo com os critérios estabelecidos no item 4.4 ou desclassificada.

9.4 No ato da matrícula, verificar a criança que não possua paternidade estabelecida. Neste caso a Unidade Escolar deverá cumprir o estabelecido na Lei Estadual nº 6381/2013, de forma sigilosa, mantendo o arquivo atualizado com os preenchimentos dos anexos da referida Lei.

10. DA COMISSÃO DE MATRÍCULA PARA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

10.1 A Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer instituirá uma Comissão de Matrícula, que será composta por, 01(um) representante do DAIE, 01 (um) representante da Diretoria de

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

Gestão Pedagógica, 01 (um) representante da Diretoria de Educação Especial e Diversidade, 01 (um) representante da Diretoria de Gestão Escolar, 01 (um) representante da Coordenação de Legislação e Normas e 01 (um) representante da Coordenação da Supervisão Escolar.

10.2 Todos os registros realizados pela Comissão de Matrícula será lavrado em livro Ata, bem como a relação completa da composição dos membros e suas respectivas assinaturas, que deverá ser encaminhado a Secretária Municipal de Educação, Esportes e Lazer no primeiro dia útil, após sua composição ou alteração.

10.3 Competem exclusivamente a Comissão de Matrícula:
a) Deliberar sobre a comprovação das informações prestadas pelos responsáveis legais no Sistema Eletrônico de Cadastro;
b) Receber e verificar as denúncias encaminhadas dos CEIMs referentes à comprovação de informações;
c) Aprovar as matrículas ou reclassificar os convocados pela unidade, observado o disposto neste Edital;

11. DAS TRANSFERÊNCIAS

11.1 O responsável que desejar solicitar transferência do aluno para outro CEIM, durante o ano letivo de 2024, deverá preencher um formulário de solicitação no CEIM em que o aluno está matriculado, que, após, a Direção irá encaminhá-la para SMEEL/DLN, apresentando justificativa. Serão ofertadas as vagas por transferências de acordo com a disponibilidade de cada CEIM.

12. DAS VAGAS REMANESCENTES

12.1 As vagas remanescentes e/ou abertura de vagas por desistências/abandonos de cada CEIM serão disponibilizadas continuamente, através de novas convocações para que os pré-selecionados possam apresentar toda documentação exigida.

12.2 Nos casos de abertura de novas turmas a Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer fará a divulgação exclusivamente através do endereço eletrônico www.mangaratiba.rj.gov.br.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 As condições deste Edital são universais e, portanto, são as mesmas para todos, razão pela qual são formalizadas seguindo disposições rígidas e inegociáveis, em que se obrigam tanto a Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer como os interessados, após o deferimento da matrícula.

13.2 Poderá o Município de Mangaratiba, através da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer, revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, ou por fato superveniente, devidamente justificado, ou anulá-lo, em caso de ilegalidade.

13.3 Excetua-se do processo de cadastro, definidos por este Edital, as turmas de Nível 3 e Nível 4 do CEIM Profª Sára Câmara da Rocha, os CEIMs Prof.ª Kênia Conceição de Lima e Nilton Xavier, que, por atenderem em horário parcial, obedecerão a portaria de matrícula para Educação Infantil, não sendo necessário realizar cadastro no sistema.

13.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer, bem como os casos resguardados pela Lei Federal nº 13.882, de outubro de 2019.

Mangaratiba, 14 de novembro de 2023

Brena da Costa Maia
Secretária Municipal de Educação, Esportes e Lazer
Mat. 1596

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

ANEXO I

CRONOGRAMA

FASE	DATA	LOCAL
Encerramento das inscrições no Sistema online para o ano letivo de 2023.	06/10/2023 (às 23 horas e 59 min)	Exclusivamente pela internet no endereço eletrônico: https://mangaratiba.rj.gov.br
Abertura das inscrições no sistema online para o ano letivo de 2024.	28/11/2023 (Às 9 horas)	Exclusivamente pela internet no endereço eletrônico: https://mangaratiba.rj.gov.br
Divulgação da quantidade de vagas ofertadas.	11/12/2023	Pela internet no endereço eletrônico: https://mangaratiba.rj.gov.br a partir das 14h.
Convocação dos classificados para a efetivação da matrícula.	18/12/2023	Pela internet no endereço eletrônico: https://mangaratiba.rj.gov.br no Centro de Educação Infantil Municipal – CEIM a partir das 13h e publicação em Diário Oficial do Município de Mangaratiba.
Período de Matrícula nos Centros de Educação Infantil Municipal para o ano letivo de 2024.	20/12/2023 a 31/01/2024 (De acordo com os dias de atendimento administrativo nos CEIMs.).	No Centro de Educação Infantil Municipal – CEIM, conforme divulgação da lista de classificados.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

ANEXO II

RELAÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL – CEIMs

Nº	CEIMs	ENDEREÇO	CEP	DISTRITO
01	CEIM Denise Lopes de Souza Mendes	Rua Major Dinart Silveira s/nº	23.885-000	Conceição de Jacareí
02	CEIM Frei Affonso Jorge Braga	Estrada RJ 14 s/nº	23.870-000	Muriqui
03	CEIM Merendeira Devany de Macedo da Silva	Rua Ivan nº 74	23.870-000	Muriqui
04	CEIM Aarão de Moura Brito Filho	Rua João Bermudes de Castro s/nº	23.880-000	Itacuruçá
05	CEIM Daise Maria Pires dos Santos	Rua Projetada A s/nº	23.880-000	Itacuruçá
06	CEIM Profª Cybele Réa Jannuzzi Ruzzi	Rua Pará nº 308, Qd 13, Lt11	23.860-000	Praia do Saco
07	CEIM Profª Laura Jacobina Lacombe	Est. São João Marcos s/nº	23.860-000	Acampamento
08	CEIM Santa Justina	Rua Sandra Mara Cabral s/nº	23.860-000	Praia do Saco
09	CEIM Profª Sára Câmara da Rocha	Est. São João Marcos nº149	23.860-000	Nova Mangaratiba (Próximo à Loja CEM)
10	CEIM Profª Márcia Laurentino F. Moreira	Rua José Alves de Souza e Silva, s/nº	23.860-000	Parque Belo Vista- Centro
11	CEIM Norma Pinheiro Cardoso	Rua José Alves de Souza e Silva, s/nº	23.860-000	Parque Belo Vista- Centro
12	CEIM Davi de Oliveira Brojo	Estrada São João Marcos,lt 05 s/nº, El Ranchito	23.860-000	Praia do Saco

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

ANEXO III

QUADRO DE ATENDIMENTO DE TURMAS POR CEIMs

Nº	CEIMs	BERÇÁRIO A	BERÇÁRIO B	Nível 01	Nível 02
01	CEIM Denise Lopes de Souza Mendes	X	X	X	X
02	CEIM Frei Affonso Jorge Braga	X	X	X	X
03	CEIM Merendeira Devany de Macedo da Silva	-	-	X	X
04	CEIM Aarão de Moura Brito Filho	-	X	X	X
05	CEIM Daise Maria Pires dos Santos	X	X	X	X
06	CEIM Profª Cybele Réa Jannuzzi Ruzzi	-	-	X	X
07	CEIM Profª Laura Jacobina Lacombe	-	X	X	X
08	CEIM Santa Justina	-	-	X	X
09	CEIM Profª Sara Câmara da Rocha	X	X	X	X
10	CEIM Profª Márcia Laurentino F. Moreira	X	-	-	-
11	CEIM Norma Pinheiro Cardoso	-	X	X	X
12	CEIM Davi de Oliveira Brojo	-	X	-	-

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Secretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nivea Marques
Talita Girão

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia

Diagramação:
Jean Carlos Maia

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferreira Vasconcellos
Hugo Borges

Impressão:
Secretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal